



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

Acórdão nº

Processo nº 2012.3.018264-8

Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível Isolada

Recurso: Apelação

Comarca: Novo Repartimento

Apelante: **Estado do Pará** (Procuradora do Estado: Renata Souza dos Santos)

Apelado: **João Ribeiro da Conceição**

Relatora: **Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha**

EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. FACULDADE DA ADMINISTRAÇÃO. SÚMULA 452 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – O pequeno valor da execução fiscal não descaracteriza o interesse processual da Fazenda Pública. A necessidade do Estado buscar a tutela jurisdicional decorre da inadimplência do contribuinte em relação à dívida tributária;

II - A utilidade do processo judicial está traduzida na receita que o credor pretende reaver. Somente o administrador público poderá avaliar se o valor deverá compor ou não o orçamento, somando-se aos demais e totalizando quantia mais significativa. Ao julgador, não é dado obrigá-lo a abdicar de um crédito;

III – A extinção das ações de pequeno valor constitui faculdade da Administração, vedada a atuação judicial de ofício, conforme preceitua a Súmula 452 do egrégio STJ;

IV – Recurso de Apelação conhecido e provido, devendo o processo retornar ao Juízo de origem, objetivando o regular prosseguimento do feito. Decisão unânime.

Vistos, etc.,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 2ª Câmara Cível Isolada, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto da Magistrada Relatora.

Plenário da 2ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Roberto Gonçalves de Moura.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

Belém, 08 de agosto de 2016.

**Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha**  
**Relatora**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

Processo nº 2012.3.018264-8  
Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível Isolada  
Recurso: Apelação  
Comarca: Novo Repartimento  
Apelante: **Estado do Pará** (Procuradora do Estado: Renata Souza dos Santos)  
Apelado: **João Ribeiro da Conceição**  
Relatora: **Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha**

### RELATÓRIO

**A EXMA. SRA. DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA  
(RELATORA):**

Trata-se de **APELAÇÃO CÍVEL** interposta pelo **ESTADO DO PARÁ**, ora apelante, manifestando seu inconformismo com a decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Novo Repartimento, nos autos da Ação de Execução Fiscal movida em desfavor de **JOÃO RIBEIRO DA CONCEIÇÃO**, que julgou extinto o processo sem resolução do mérito, por entender estar ausente um dos requisitos essenciais para condição da ação, qual seja, o interesse de agir, nos termos do art. 267, VI, do CPC/73 c/c art. 1º, da Lei de Execução Fiscal.

Em suas razões recursais (fls. 17/21), o apelante narrou que ingressou com a ação supramencionada, objetivando cobrar um crédito tributário no montante de R\$ 247,28 (duzentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos) do recorrido. Entretanto, o Juízo Monocrático extinguiu o processo sem julgamento do mérito, tendo em vista que o débito não excedeu o valor de R\$ 10.000,00(dez mil reais).

Aduz o recorrente, em síntese, que a decisão da autoridade de 1º grau não coaduna com a jurisprudência pacificada no Superior Tribunal de Justiça, que firmou o entendimento que o Poder Judiciário não pode extinguir uma execução fiscal por considerar o valor executado ínfimo e que tal decisão só pode ser tomada pela Administração Pública.

Ao final, pleiteou pelo conhecimento e provimento do presente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

recurso de apelação, com a reforma da sentença guerreada, com o conseqüente prosseguimento do feito no Juízo de piso.

Através do despacho de fls. 23, a autoridade sentenciante recebeu o recurso em seu duplo feito e determinou a intimação do apelado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente apelo.

Após ser devidamente intimado, o apelado não apresentou contrarrazões ao recurso e, às fls. 25, a autoridade *a quo* determinou o encaminhamento dos autos a esta Egrégia Corte de Justiça, onde, após sua regular distribuição, coube a relatoria do feito a Exma Desa. Helena Percila de Azevedo Dornelles.

Em decorrência da aposentadoria da eminente relatora, o processo foi redistribuído à minha relatoria.

É o relatório.

### **VOTO**

**A EXMA. SRA. DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA  
(RELATORA):**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, deve ser conhecido o presente recurso.

### **MÉRITO**

À míngua de questões preliminares, atendo-me ao exame do mérito.

Preliminarmente, faz-se necessário ressaltar que, de acordo com o que dispõe o art. 14, do CPC/2015, a norma processual não retroagirá, de maneira que devem ser respeitados os atos processuais e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

Eis o teor do referido dispositivo legal:

**Art. 14. A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as**



**situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.**

Por conseguinte, no caso em questão, hão de ser aplicados os comandos insertos no CPC/1973, porquanto em vigor por ocasião da publicação e da intimação da decisão ora guerreada.

Feito esse adendo, cinge-se a questão sobre a correção ou não da sentença monocrática que julgou extinto o feito, sem resolução do mérito, em razão da cobrança da dívida tributária não superar a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Pois bem, fazendo um cotejo com os fatos narrados e as provas acostadas aos autos, entendo que o presente apelo deve ser provido. Senão vejamos.

Inicialmente, quanto ao objeto da insurgência recursal, entendo que o baixo valor da dívida fiscal não descaracteriza o interesse processual da Fazenda Estadual.

A necessidade do Estado de buscar a tutela jurisdicional decorre da inadimplência do contribuinte em relação à dívida tributária. Nesse contexto, a utilidade do processo está traduzida na receita que o credor pretende reaver.

Outrossim, o interesse de agir significa existência de pretensão objetivamente razoável. Sobre o tema, lecionam os ilustres juristas Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra Código de Processo Civil Comentado, 8ª ed., p.700, o seguinte:

***“(…)Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade do ponto de vista prático. Verifica-se o interesse processual quando o direito tiver sido ameaçado ou efetivamente violado”.***



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

Por conseguinte, se a Fazenda Pública decidiu pela recuperação do crédito, não cabe ao Poder Judiciário obrigá-la a abdicar dessa receita, fundamentado na mera circunstância do valor ser ínfimo. Somente o administrador estadual poderá julgar se o valor deverá compor ou não o seu orçamento, somando-se aos demais e totalizando quantia mais significativa. Até porque é do conhecimento comum que os tributos são importantes fontes de renda no orçamento estadual, enormemente afetado pela crise econômica que assola o país nos dias atuais.

Ademais, não me parece adequado que um julgador extinga uma ação de execução fiscal sob o argumento de que o valor cobrado é baixo e que, por este motivo, não deveria a máquina judiciária ser acionada. Na verdade, ainda que modesto o valor, se considerarmos os inúmeros processos ajuizados pelo Estado, o somatório dos mesmos representa uma quantia considerável.

Além disso, conforme aduziu a patrona do recorrente, a decisão da autoridade *a quo* confronta o que preceitua a Súmula 452 do colendo Superior Tribunal de Justiça, a qual, não obstante atinente à Administração Pública Federal, veda a atuação judicial de ofício na extinção de ações de pequeno valor, visto que estipula o seguinte, *in verbis*:

**“Súmula 452 - A extinção das ações de pequeno valor é faculdade da Administração Federal, vedada a atuação judicial de ofício.”**

Este, inclusive, é o entendimento firmado na jurisprudência pátria, conforme demonstram os arestos abaixo transcritos do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PEQUENO VALOR. INTERESSE PROCESSUAL. **O pequeno valor da execução fiscal não descaracteriza o interesse processual da Fazenda Pública. A necessidade de o Município buscar a tutela jurisdicional decorre da inadimplência do contribuinte em relação à dívida tributária. E a utilidade do processo está traduzida na receita que o credor pretende reaver. Somente o administrador municipal poderá avaliar se o**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

**valor deverá compor ou não o orçamento, somando-se aos demais e totalizando quantia mais significativa. Ao julgador, não é dado obrigá-lo a abdicar de um crédito.** APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70068606540, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Des. José Aquino Flôres de Camargo, Julgado em 28/04/2016)

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. EXTINÇÃO DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO FACE AO PEQUENO VALOR DO DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 452 DO STJ. **A extinção das ações de pequeno valor constitui faculdade da Administração, vedada a atuação judicial de ofício. Precedente do egrégio STJ.** APELO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, FORTE NO ARTIGO 932, V, "a", DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70068641711, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Desa. Denise Oliveira Cezar, Julgado em 29/03/2016)

**Ementa:** APELAÇÃO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. - **Conforme entendimento do STJ, não incumbe ao Judiciário, mesmo por analogia a leis de outros entes tributantes, decretar, de ofício, a extinção da ação de execução fiscal, ao fundamento de que o valor da cobrança é pequeno ou irrisório.** - Ademais, no caso, o valor da execução supera o limite estabelecido pela Lei Municipal nº 1.992/2014. - Incidência da súmula 452, do STJ, segunda a qual "a extinção das ações de pequeno valor é faculdade da Administração Federal, vedada a atuação judicial de ofício". APELO PROVIDO MONOCRATICAMENTE. (Apelação Cível Nº 70068618008, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 15/03/2016)

Dessa forma, em face dos motivos supramencionados, mostra-se descabida a extinção do feito e, por consequência, deve a sentença monocrática ser reformada.

### 3 – Conclusão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
GABINETE DA DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

---

Ante o exposto, **conheço da apelação** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, para anular a sentença guerreada e determinar o retorno dos autos ao Juízo de 1º grau, objetivando o regular prosseguimento do feito.

É como voto.

Belém, 08 de agosto de 2016.

**Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha**  
**Relatora**